



Carta de Uberlândia

49º ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORAS E PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX)

Sob a organização da Universidade Federal de Uberlândia, ainda em razão da pandemia do Covid-19, as pró-reitoras e os pró-reitores de extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) reuniram-se, no formato híbrido, para discutir a **Extensão em (Nova) Perspectiva**, temática do evento. O fórum debateu sobre: o papel da extensão universitária na defesa do estado democrático de direito; a operacionalização da inserção curricular; a relação da extensão com a pesquisa e a pós-graduação; o financiamento e indicadores da extensão; a extensão e sua relação com cultura e arte e, por fim, a extensão no “pós-pandemia”.

No enfrentamento à pandemia, as instituições públicas de ensino superior produziram respostas imediatas, seja na adaptação ao ensino remoto, seja no desenvolvimento de ações extensionistas e de pesquisas que visassem à superação das desigualdades que se agudizaram neste período. Foi necessário firme posicionamento das IPES também quanto à conjuntura política atual que produziu ameaças constantes à democracia e aos direitos humanos e civis, bem como afrouxou a regulamentação de proteção à natureza e meio ambiente e abandonou, à própria sorte, as populações em situação de vulnerabilidade social.

Os gestores e as gestoras presentes no 49º. Encontro do FORPROEX reafirmaram o papel estratégico da extensão universitária para a consolidação dos valores basilares da democracia, da cidadania e do estado democrático de direito. Parte desse processo, na atualidade, exige a ampliação de mediações tecnológicas, no qual as ferramentas de conectividade podem possibilitar interações que transcendam espaços e territórios. Importante que haja destinação pública dessas ferramentas e de conectividade a todas as pessoas de forma a combater a exclusão digital e potencializar conexões e transformações sociais que promovam a emancipação humana.

Todavia, no evento se ressaltou que essas ferramentas *per se* não garantem a democratização do conhecimento, mas seu uso orientado pelas diretrizes da extensão universitária constitui condição importante para estreitar a relação das IPES com outros setores da sociedade. Foi importante ressaltar, também, que o uso de tecnologias no ensino remoto, utilizado num momento de excepcionalidade, evidenciou a defasagem social existente no país e causou a exclusão de grupos significativos da população, bem como a evasão escolar e acadêmica das pessoas que estavam à margem dessas tecnologias.

O avanço da inserção da extensão nos currículos tem mudado o paradigma do modelo de educação superior vigente, bem como fortalecido sua aproximação com a

realidade e com as diversidades de saberes, com a disseminação de conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e inovadores. A participação de estudantes em ações de extensão tem papel preponderante em sua permanência nas instituições de ensino, como também em seu sucesso acadêmico, em especial no período de transpandemia. Esse processo de inserção é importante para a consolidação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e da autonomia universitária, previstas no Art. 207 da Constituição Federal.

Ademais, foi destacado o cenário atual da inserção curricular nas IPES e os principais desafios encontrados nesse processo, dentre eles: a falta de financiamento específico para a extensão; a instabilidade do orçamento público da educação brasileira, sobretudo no contexto da Emenda Constitucional 95 que impõe limites orçamentários à educação; a inadequação de alguns sistemas acadêmicos para o registro e a gestão das informações de extensão; a resistência por parte da comunidade acadêmica a mudanças nos processos educativos e nos projetos pedagógicos dos cursos; a dificuldade de contratação de seguro de vida para estudantes em ações de extensão; as incompreensões de parte da comunidade acadêmica sobre extensão, além do adoecimento da comunidade acadêmica nesses últimos anos, em especial do corpo docente.

Os pró-reitores e as pró-reitoras reafirmaram que as bases epistemológicas e os princípios da extensão devem pautar as ações institucionais em processo dialógico com a comunidade, afastando a extensão de ideias assistencialistas e mercantilistas. Apesar de a inserção curricular da extensão ser uma realidade em construção na graduação, temos o desafio de avançarmos, também, na inserção curricular da extensão na pós-graduação e na organização da pesquisa. O Forproex entende como fundamental o avanço do diálogo entre as/os gestoras/gestores da extensão com as/os gestoras/gestores da pesquisa e pós-graduação, de forma que seja possível encontrar caminhos de se ampliar ações de extensão em programas de pós-graduação, assegurando a vinculação com os interesses do território e o projeto de desenvolvimento do país.

O encontro também reafirmou a pactuação dos indicadores de extensão, fruto de intensos debates na comunidade extensionista e, recentemente, ratificados pelo Acórdão nº 461/2022-TCU-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Os indicadores de extensão são importantes referências do estabelecimento e da consolidação do financiamento para a extensão universitária e como ferramenta de melhoria da gestão. A realidade atual demanda legislações municipais, estaduais e federal de financiamento público da extensão na forma de políticas de estado para o fomento permanente e sustentável da extensão. Nesse sentido, o Forproex reafirmou ser indispensável se repensar políticas para a educação, conectando os poderes públicos às pautas extensionistas.

Salientou-se no encontro a relação da extensão com a cultura, reafirmando que as ações culturais têm forte potencial de nutrir um conjunto de atividades de extensão que levem à valorização de todos os modos de expressão e interação sociais, contribuindo para a formação acadêmica. A consolidação da cultura e sua relação com a extensão passa, também, pela construção de Políticas Culturais que demonstrem os delineamentos da cultura e sua função social de valorizar saberes, práticas e fazeres.

Faz-se necessário traduzir a extensão como um processo educativo, cultural e político, que garanta a dialogicidade efetiva e real com outros saberes constituídos nas comunidades e territórios que historicamente não são considerados no meio acadêmico, na perspectiva da geração de fluxos de conhecimentos na sociedade.

Diante das discussões realizadas nesses três dias de encontro, a Plenária do Forproex deliberou os seguintes pontos que deverão ser pauta de ação da Coordenação Nacional (gestão 2022-2023):

- Manter as Comissões existentes, sendo elas: Avaliação, Indicadores e financiamento; Mobilidade Acadêmica; Tecnologias digitais; Inserção Curricular da Extensão;
- Criar a Comissão de Acolhimento a novas gestoras e novos gestores da extensão;
- Elaboração de uma carta com demandas relacionadas à extensão a ser encaminhada aos candidatos aos governos estaduais e à presidência da república;
- Aprofundar o diálogo com as agências de fomento sobre o financiamento da extensão;
- Acompanhar e auxiliar as instituições que se encontram em estágio inicial de implementação da inserção curricular da extensão;
- Estimular a cooperação em redes, regionais, nacionais e internacionais, com ênfase nas instituições da América Latina, Caribe e África;
- Promover políticas institucionais que reconheçam e valorizem funcionalmente a atuação extensionista de técnicas e técnicos administrativos e docentes;
- Promover políticas institucionais que estimulem a iniciativa discente na proposição de ações de extensão;
- Promover políticas institucionais que incentivem o desenvolvimento de ações artísticas e culturais articuladas à extensão.

As discussões realizadas no 49º Encontro Nacional do Forproex reafirmaram os princípios da extensão universitária brasileira e puseram em perspectiva estratégias de ação para a efetiva integração do pensamento extensionista na construção de uma universidade socialmente referenciada, democrática, inclusiva e comprometida com a superação das desigualdades.

Uberlândia, 09 de junho de 2022.

Pró-reitores e Pró-reitoras de Extensão das
Instituições Públicas Brasileiras